



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

Apresentação: 11/10/2019 15:03

SIT n.12/2019

SOLICITAÇÃO DE INFORMAÇÕES AO TCU Nº , DE 2019
(COMISSÃO DE EDUCAÇÃO)

Solicita ao Tribunal de Contas da União
que encaminhe informações sobre o
cumprimento das determinações do ADPF
568 / PR de 2019 - STF.

Sr. Presidente,

Com fundamento nos termos do inciso VII do art. 71 da Constituição Federal combinado com o art. 24, XI, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiero que sejam solicitadas ao Senhor Ministro Presidente do Tribunal de Contas da União, conforme Requerimento 273/2019, de autoria da Deputada Professora Rosa Neide e outros, aprovado na Reunião Deliberativa do dia 09 de outubro de 2019, informações sobre o cumprimento da ADPF 568 / PR de 2019, do STF, pelo Ministério da Educação e da Ciência e Tecnologia.

JUSTIFICAÇÃO

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que é relator da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 568 e da Reclamação (RCL) 33667, homologou dia 17 de setembro de 2019 o acordo sobre a destinação dos R\$ 2,6 bilhões da Petrobras. Pelo acordo, firmado no dia 5 de setembro no STF entre a Procuradora-Geral da República (PGR), o presidente da Câmara dos Deputados e a AGU representando a União, R\$ 1,6 bilhão serão destinados à educação e R\$ 1 bilhão para a proteção ao meio ambiente.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Educação

O acordo também prevê a execução de relatório, por parte da União, acerca dos recursos recebidos e dos gastos efetivos, que serão entregues à Petrobras para fins de prestação de contas nos acordos celebrados com os EUA. As despesas serão fiscalizadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e pela Controladoria-Geral da União (CGU).

Considerando as consequências para a Educação que os cortes orçamentários provocaram e considerando que os recursos são urgentes para diminuir o impacto do desmonte da Educação, é necessário garantir que a determinação do Supremo Tribunal Federal seja de fato acatada urgentemente. Que os ministérios responsáveis pela execução dos recursos destinados encaminhem de forma célere e adequada as determinações do acordo.

Por essas razões, apresentamos a presente Solicitação de Informação ao Tribunal de Contas da União.

Sala das Sessões, em 09 de outubro de 2019.

Deputado **Pedro Cunha Lima**
Presidente